

12  
17

# habitar portugal

**espaço  
público:  
uma casa  
para todos**

Seleção de obras  
comissariada por

**Susana Lobo**

com

**Ana Alves Costa**

**João Fôja**

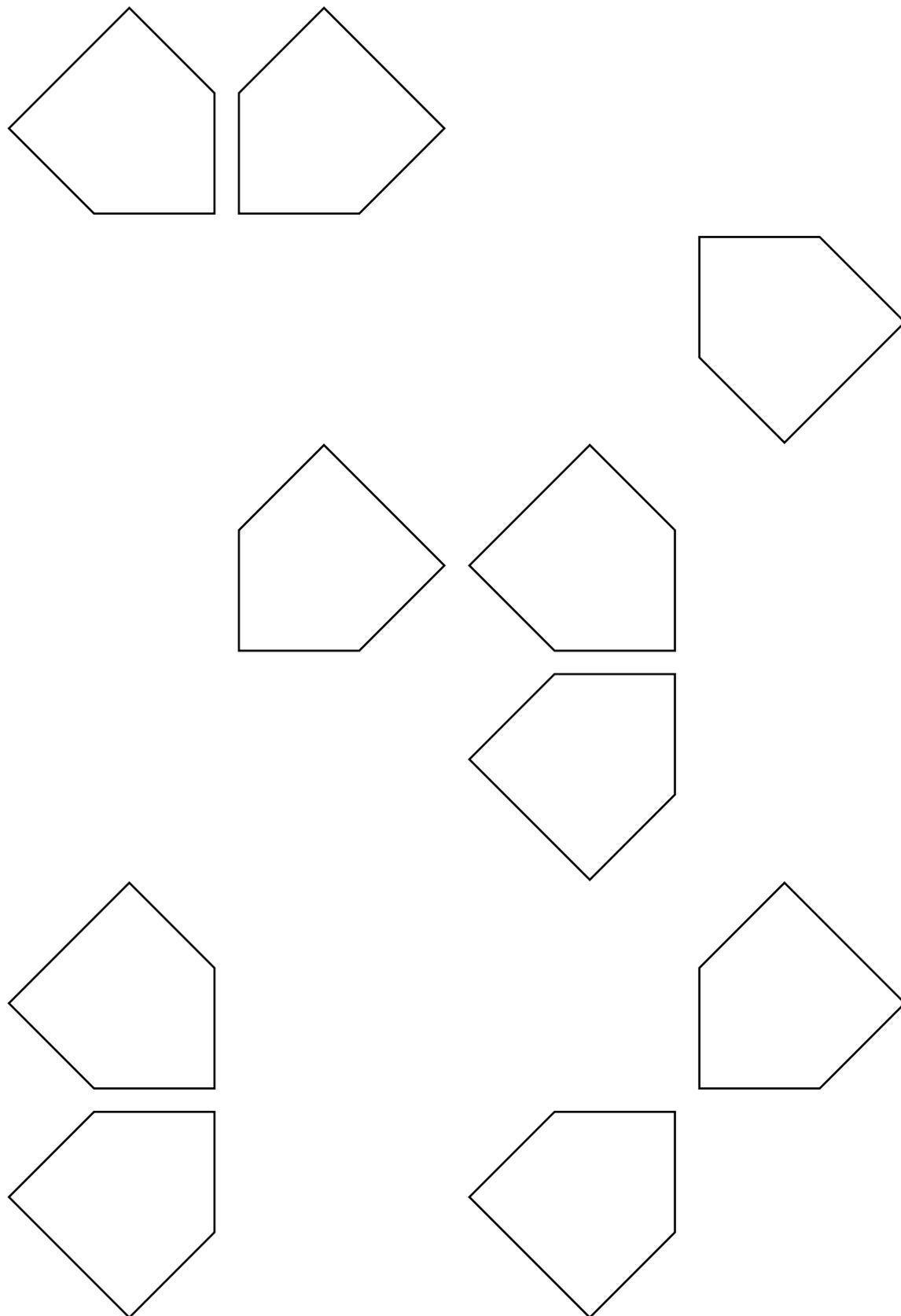
**João Gomes**

**Ricardo Agarez**

**Susana Constantino**

Organização

**Ordem dos Arquitectos**



**Gonçalo Byrne**  
Presidente

## Portugal – Uma Casa para Todos

Retomando o espírito das anteriores edições de Habitar Portugal (HP), esta é uma seleção distinta a vários títulos, plenamente assumida por um Comissariado que foi designado na sequência de um concurso aberto a todos os membros da OA.

HP veio dar nova vitalidade às Exposições Nacionais de Arquitectura, ENA, em número de quatro, que acolhiam, sem qualquer prévio critério que não fosse a conclusão da obra, todas as candidaturas de todos os membros da então Associação dos Arquitectos Portugueses (AAP) e de que alguns guardam memória numa mostra maior, no Salão da Sociedade Nacional de Belas-Artes, e em apresentações locais, distribuindo-se nos três conjuntos Norte, Centro e Sul, e itinerantes pelos municípios que a pretendiam acolher dentro desta distribuição geográfica.

Desde a primeira edição HP, 2000-2002, foram definidos ciclos de três anos e uma organização de base "geográfica" onde se podia, por vontade e definição do Comissariado, encontrar uma arrumação mais ou menos programática. HP remeia para o *habitat* e a paisagem sem necessariamente se focar no tema da habitação.

"Habitar Portugal" foi, possivelmente, precursora dos princípios de uma Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP), sem que as suas repercussões tenham, hoje ainda, a desejável evidência do respeito das suas linhas orientadoras na agenda programática das políticas nacionais, apesar de todo o empenho e entusiasmo da Ordem dos Arquitectos (OA) no acompanhamento e participação na redação do texto publicado em 2015 e de contributos para a sua implementação e desenvolvimento neste seu primeiro período de existência (2014/2020).

O preâmbulo da Resolução de Conselho de Ministros n.º 45/2015, de 7 de julho, aponta claramente a perspetiva e o alcance da PNAP, *contribuindo (...) para uma sociedade mais digna, justa e inclusiva porquanto a arquitetura e a paisagem constituem expressão da identidade histórica e da cultura coletivas, com particular reflexo na educação, na inclusão social e na participação dos cidadãos. Portugal deve ser uma "casa" para todos.*

Chamados a desenvolver as suas competências técnicas na construção deste Portugal, uma pretensão elevada, muitas vezes, unicamente no domínio da retórica, os arquitetos portugueses demonstram e vêm demonstrando o seu envolvimento. O crescimento da classe já não permite que sejam todos selecionados; devem submeter a candidatura do seu trabalho. O filtro, definido pelo Comissariado, delimita

e afina a escolha de obras que integram a seleção, em número limitado de obras.

Na sua sexta edição, *HP 12.17, Espaço Público: Uma Casa para Todos*, introduz alguma novidade na construção da seleção: um ciclo maior e que se sobrepõe ao da última edição (2012-2014), repetindo obras que a integram por introdução do programa "espaço público".

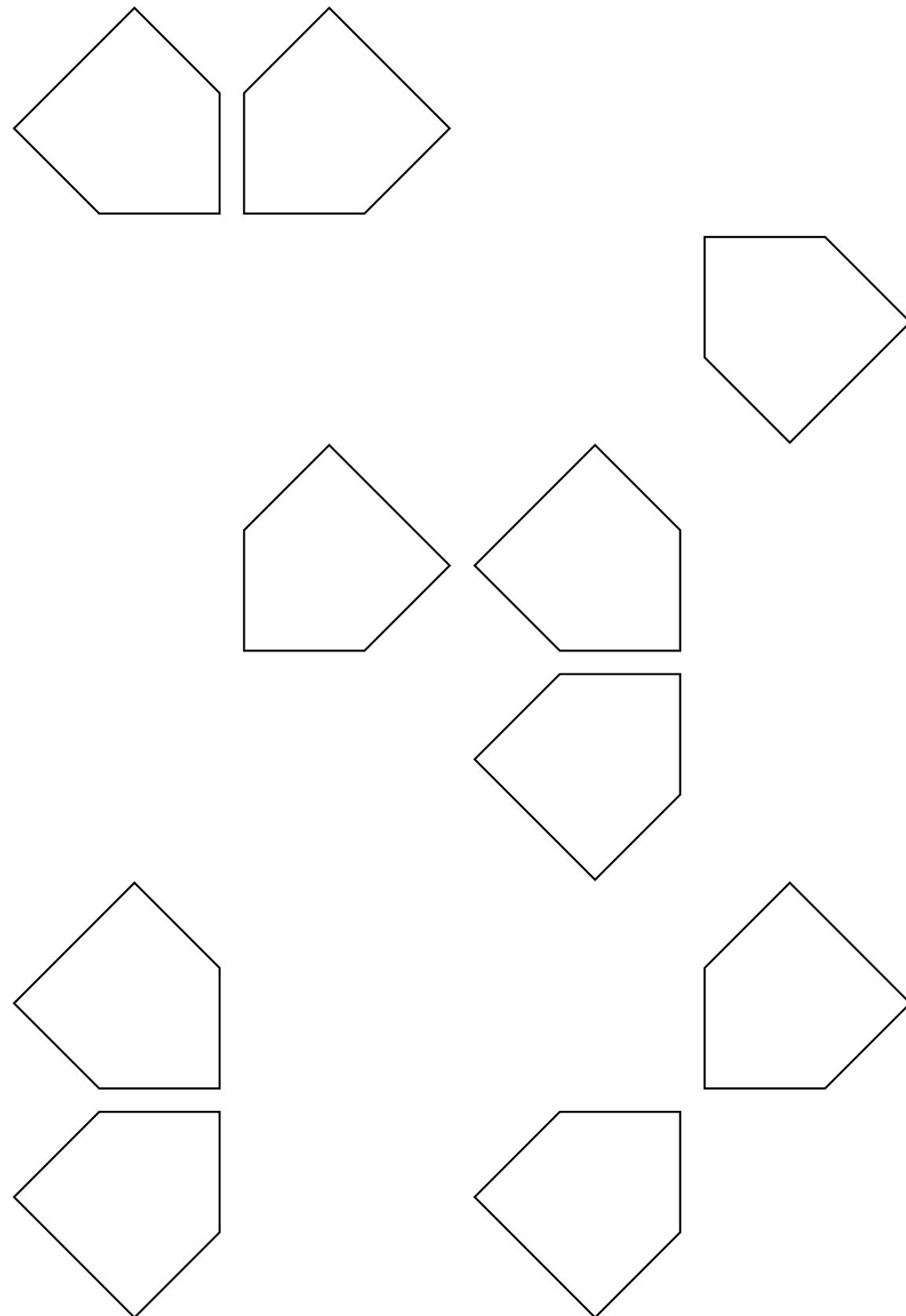
*O que se entende, hoje, por "espaço público"?* questiona o Comissariado, designado pelo Conselho Diretivo Nacional, no mandato anterior (2017-2019), através de um processo de concurso que ficava caracterizado por esta primeira alteração e que, adicionalmente, se propunha ainda a alternar as edições entre o "espaço público" e a "edificação".

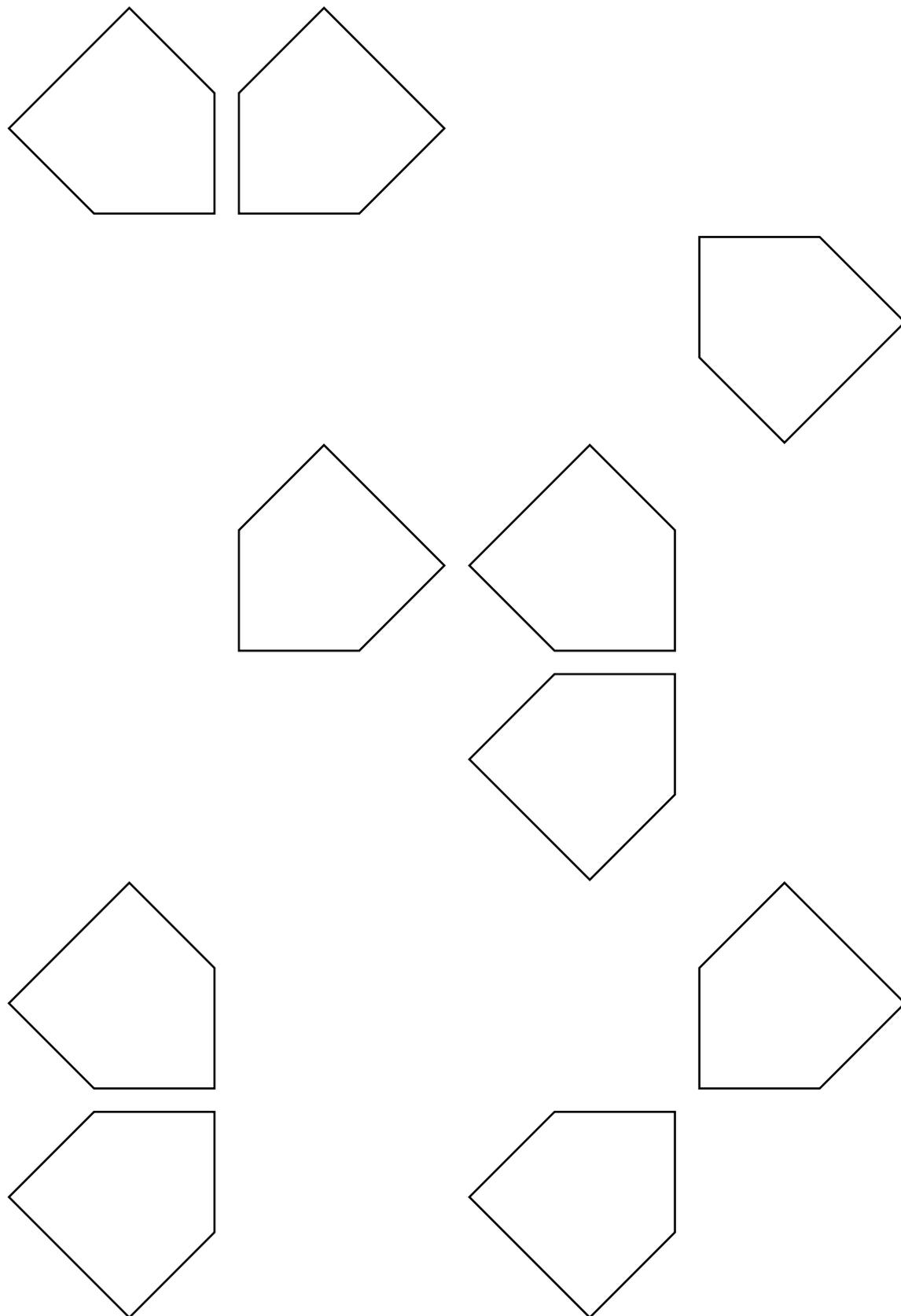
Foi dentro destes pressupostos que o Conselho Diretivo Nacional em funções assumiu os compromentimentos que lhe ficaram cometidos e edita a seleção HP 12.17, sob responsabilidade de uma equipa de Comissariado dirigida por Susana Lobo, que conta com Ana Alves Costa, João Fôja, João Gomes, Ricardo Agarez e Susana Constantino, a mesma equipa que assume também a coordenação editorial deste catálogo e a quem agradecemos todo o trabalho desenvolvido e o zelo nele investido.

O Comissariado ordenou as 60 obras que elegeu enquanto *Símbolo* ou representação, *Recurso* ou bem comum, *Produto* ou comunicação e *Prática* ou desenho, julgando que nesta categorização, embora não sendo estanque nem linear – haverá obras que cruzam diferentes perspetivas, obrigando a uma reflexão mais profunda sobre a sua essência –, será reveladora das políticas e interesses que têm orientado a produção de espaço público nos últimos anos, possibilitando uma espécie de diagnóstico, porventura inesperado, da cultura arquitetónica portuguesa contemporânea. É esse o principal objetivo da abordagem que se propõe.

Acompanhamos este convite à reflexão, que fazemos a todos aqueles que folheiem ou que, mais demoradamente, apreciem este catálogo: *O que se entende, hoje, por "espaço público"?* Encontrada a sua essência, será condição de possibilidade do estabelecimento ou de *dar modo de vida a um diagnóstico da cultura arquitetónica portuguesa contemporânea?*

Não obstante, alargando e redimensionando a proposta de reflexão, estamos disponíveis para obter contributos para *O que se entende, hoje, por "Habitar Portugal"?* Essa é uma questão maior e que irá fundamentar a próxima edição da seleção HP. Contamos com todos para esta reflexão, tanto quanto possível traduzida em obra, porque acreditamos que Portugal é a nossa casa e a Casa de Todos.





**Susana Lobo**  
**Ana Alves Costa**  
**João Fôja**  
**João Gomes**  
**Ricardo Agarez**  
**Susana Constantino**

## Habitar Portugal 12-17

### Espaço público: uma casa para todos

Partindo da ideia de que “toda a cidade é espaço público por antonomásia” (Moneo, 2010) e recuperando o conceito platónico-albertiano de que “a cidade é uma casa e, inversamente, a casa é uma cidade” (analogia também subjacente ao poema-desenho *Tree is a leaf and leaf is a tree* de Aldo van Eyck, 1965), chegamos à proposição de que “o espaço público é uma casa”. E, se entendido “o espaço público como espaço coletivo por excelência” (Solà-Morales, 2010), então podemos afirmar que o espaço público é “uma casa de todos”. “De todos” e, voltando a van Eyck (1962), “para todos”. É esta a abordagem proposta ao tema da edição Habitar Portugal 2012-2017: “Espaço Público: uma casa para todos”.

Coloca-se aqui, no entanto, uma questão terminológica. O que se entende, hoje, por “espaço público”? O uso indiscriminado do termo para classificar toda e qualquer intervenção no espaço não construído e a interpretação generalizada do espaço público como facto urbano – morfológico e ambiental – singular, independente da estrutura que o suporta, têm contribuído para o esvaziamento deste conceito no que o mesmo implica de urbanidade ou qualidade urbana: a sua “capacidade material de expressar significados cívicos, estéticos, funcionais e sociais” (Solà-Morales, 2010).

Esta situação tem-se agravado com a disseminação de diferentes discursos que promovem a ideia de esgotamento do espaço público no seu sentido mais amplo. Por um lado, a proposta de que ruas e praças – tradicionais expressões urbanas da vida pública – não serão mais locais de encontro espontâneo, convívio e desenvolvimento da vida pública, mas, sistematicamente, reduzidas ao seu papel de infraestrutura e a cidade caracterizada pela “evacuação” da esfera pública (Koolhaas, 1995). Por outro, a emergência de espaços públicos paralelos, definidos por redes sociais, fóruns de debate *online* e *blogs*. Espaços virtuais de opinião e de participação cívica que têm vindo a esvaziar o papel social do espaço público físico.

Qualquer uma destas posições podia levar-nos a concluir que o empenho da Arquitetura no desenho do domínio público das nossas cidades se torna irrelevante e mesmo desnecessário. A seleção dos projetos realizados no espaço público por arquitetos portugueses entre os anos de 2012 e 2017, que este catálogo apresenta, surge, precisamente, como contra-argumento destas posições e como demonstração das possibilidades do seu contrário. Acreditamos, talvez mais do que nunca, que uma das principais tarefas dos arquitetos

contemporâneos é o seu envolvimento com o desenho do espaço público.

Apesar da complexidade de se definir um conceito específico de espaço público, sempre redutor, foi necessário fazê-lo no âmbito desta iniciativa por razões pragmáticas. Estamos conscientes de que grande parte da vida urbana contemporânea se passa no interior de equipamentos coletivos, muitas vezes de propriedade privada, mas ainda assim capazes de valorizar a oferta pública da cidade e de criar as condições para uma apropriação das práticas de sociabilização quotidiana. Concordamos também com a proposta de Solà-Morales (1992) de que o debate sobre a esfera pública não deve ser reduzido aos aspetos mais tradicionais da definição de espaço público, como a propriedade ou o acesso universal, mas deve ser reorientado para um debate sobre a necessidade de convivência entre estas realidades e do desenho de espaços de vida coletiva que não são estritamente públicos e privados, mas ambos, em simultâneo. Conceitos como “espaços coletivos” (Solà-Morales, 1992), ou “interiores públicos” (Pimlott, 2016) recusam uma leitura simplista sobre a noção de espaço público. Com “Habitar Portugal 12-17: Espaço Público”, o nosso desafio foi conciliar todas as qualidades inerentes à ideia contemporânea de espaço público na sua expressão mais visível, imediata e comum.

Entende-se, assim, por espaço público um espaço aberto, inclusivo, permeável, de acesso tendencial e predominantemente irrestrito, lugar de encontro, da ação política, da identidade coletiva e da expressão individual. Tomamos, por isso, como princípio que, na sua essência, é um espaço exterior, urbano ou natural, em oposição ao que vulgarmente designamos de equipamento público (centro comercial, teatro, museu, estação), de uso limitado pelas tradicionais definições baseadas no acesso e na propriedade.

Clarificados os critérios que serviram como ponto de partida para a escolha e seriação das obras que agora se apresentam, acreditamos que este conjunto identifica muitos dos temas e reflexões mais significativas lançadas, nos últimos anos, no debate disciplinar sobre o espaço público e proporciona, em simultâneo, uma leitura sobre o seu significado para a cidade e a sociedade contemporâneas. No cumprimento desses critérios, ficaram de fora obras candidatas de inegável qualidade, mas que consideramos não se enquadrarem na especificidade desta edição de Habitar Portugal: equipamentos públicos, espaços exteriores de acesso condicionado ou instalações de carácter artístico e de evidente relevância para o incremento da qualidade urbana, mas que não contribuem ativamente para o uso coletivo do espaço público.

Ao contrário de edições anteriores, evitou-se a disposição das obras selecionadas por uma ordem geográfica que

nos pareceu redutora, mais capaz de revelar as diferenças económicas e sociais entre regiões – e inevitavelmente o investimento que atraem – do que quaisquer diferenças no exercício da disciplina. A partir deste universo, propõe-se a organização das obras segundo uma abordagem fenomenológica que consideramos passível de originar leituras e entendimentos de maior relevo e capacidade de sugestão. Nesse sentido, são definidos quatro tipos ou perspetivas de pensamento sobre o projeto do espaço público: Símbolo, Recurso, Produto e Prática. Esta categorização, embora não sendo estanque nem linear – haverá obras que cruzam diferentes perspetivas, obrigando a uma reflexão mais profunda sobre a sua essência –, será reveladora das políticas e interesses que têm orientado a produção de espaço público nos últimos anos, possibilitando uma espécie de diagnóstico, porventura inesperado, da cultura arquitetónica portuguesa contemporânea. É esse o principal objetivo da abordagem que se propõe.

### **Símbolo: o espaço público como representação**

Na categoria Símbolo procuramos dar destaque a obras de revalorização espacial e integração funcional das áreas de intervenção no contexto, físico e simbólico, em que se inserem. Obras maioritariamente de redesenho do espaço público em locais com um forte significado cultural e local. Obras que, pela sua dimensão e contexto, funcionam como condensadores da memória coletiva.

A reabilitação do espaço público dos centros históricos é por definição um trabalho de sensibilidade, que acrescenta uma nova camada a um território marcado por diversas passagens da História. É um desenho de renovação mas, simultaneamente de grande anonimato, que não se pretende sobrepor ao contexto existente. Esta é, provavelmente, a característica comum mais evidente entre as diferentes intervenções que integram este primeiro grupo, desde a requalificação de praças urbanas ou pequenos largos, como o Pátio de São Miguel, em Évora, de Francisco Barata Fernandes; a Requalificação Urbanística da Praça do Toural, Alameda de São Dâmaso e Rua de Santo António, em Guimarães, de Maria Manuel Oliveira e CE/EAUM; a Envolvente do Paço dos Henriques, em Alcáçovas, de José Filipe Ramalho; até obras de reestruturação, repavimentação e requalificação da malha urbana dos centros históricos, como a Requalificação Urbanística e Ambiental dos Espaços Públicos da Mouraria, em Lisboa, de Tiago Silva Dias; a Requalificação dos Espaços Públicos da Mouraria de Moura, de Sofia Salema e Pedro Guilherme; a Ligação Pedonal do Pátio B do Chiado, Largo do Carmo e Terraços do Carmo, em Lisboa, de Álvaro Siza e Carlos Castanheira; a Requalificação do Centro Histórico de Valença, de Eduardo Souto de Moura; e a Revitalização do Centro

Urbano de Camarate, em Loures, de José Adrião. Incluem-se na categoria Símbolo também obras de redesenho de percursos e espaços exteriores em zonas de valor histórico e ambiental, como a Requalificação do Monte Latifo e Campo de São Mamede, em Guimarães, de Mercês Vieira e Camilo Cortesão; a Envolvente do Aquanatur e Balneário Termal de Vidago, de João Paulo Loureiro; o Parque Vista Alegre, em Beja, de José Manuel Carvalho Araújo; e obras de desenho do espaço público inseridas em grandes intervenções de infraestruturação, tais como o desenho da *Piazza Municipio*, em Nápoles, a primeira fase da obra de Álvaro Siza, Eduardo Souto de Moura e Tiago Figueiredo associada à abertura da estação de metro "Municipio-Porto".

No caso das obras do Edifício-Praça Eça de Queiroz, em Leiria, de Gonçalo Byrne; da Envolvente da Plataforma das Artes e da Criatividade, em Guimarães, dos Pitágoras Group; da Envolvente do Centro de Interpretação da Batalha de Atoleiros, em Fronteira, de Gonçalo Byrne e Oficina Ideias em Linha; do Armazém do Mercado, no Funchal, de Paulo David; e da Reconversão da Garagem dos Clara & C.ª em Espaço Público, em Torres Novas, de Gonçalo Louro e Cláudia Santos com Tierri Luis: a revalorização do espaço exterior surge associada à renovação ou construção de um novo edifício, como prolongamento de um equipamento público. Seja pela integração na malha urbana de áreas fundamentais do espaço da cidade, pela revalorização do espaço interior de quarteirões urbanos ou pela abertura de novos atravessamentos públicos, todas estas intervenções oferecem novos espaços exteriores à cidade que se distinguem pelo seu protagonismo como um novo lugar de centralidade urbana e palco de atividades coletivas.

### Recurso: o espaço público como bem comum

Mais do que qualquer outra das categorias, Recurso procura refletir sobre obras com capacidade de estruturar a longo prazo o desenvolvimento da cidade no sentido de procurar uma re-significação material e social do espaço e garantir a sua apropriação para usos coletivos e comunitários.

Numa primeira abordagem, interessou-nos sinalizar obras de iniciativa comunitária, elaboradas com a participação direta das associações de moradores locais, como a obra da Cozinha Comunitária das Terras da Costa, na Costa da Caparica, do Ateliermob e Colectivo Warehouse; o Espaço Público dos Bairros Prodac Sul e Norte, na freguesia de Marvila em Lisboa, do Ateliermob; e obras realizadas num sistema de cooperação e autoconstrução com o envolvimento de escolas e estudantes de Arquitetura, como Bicho, Teatrinho e Fogo – *Playground* no Bairro das Campinas, no Porto, de COR Arquitectos, Ivo Poças Martins e Nicolò Galeazzi; o Palco Efémero no Largo do Romal, em Coimbra, de Pedro Maurício

Borges e Associação Há Baixa; o *Reaction LX*, em Lisboa, dos FORJArchitecture; e o *415 De Paviljōng*, em Gotemburgo na Suécia, do Colectivo Warehouse. Respondendo a necessidades expressas pelos moradores, todos estes projetos exploram espaços livres ou devolutos na malha urbana para os transformarem em espaços de encontro para uma comunidade específica. Intervenções de pequena escala e baixos recursos com um enorme potencial transformador no quotidiano dessas comunidades.

Num sentido oposto – iniciativas "de cima para baixo" –, obras que podemos denominar de conexões urbanas têm também um efeito direto na vida quotidiana e no bem-estar das comunidades. Obras como o Percurso Pedonal Assistido da Baixa ao Castelo de São Jorge, em Lisboa, de João Pedro Falcão de Campos; o Percurso Pedonal Assistido de Montemor-o-Velho, de Miguel Figueira e DPU/CMMV; e a Passagem Superior Pedonal em Forte da Casa, Vila Franca de Xira, dos MXT Studio: asseguram novas possibilidades de ligações urbanas, aumentando a proximidade entre zonas anteriormente desconectadas das cidades. Por último, a Reabilitação do Espaço Público do Bairro do Lagarteiro, no Porto, de Paulo Tormenta Pinto, é uma obra que requalifica o espaço exterior e refaz as ligações urbanas do bairro, criando, em simultâneo, as condições para o desenvolvimento da vida comunitária local e uma melhor articulação com a cidade envolvente.

### Produto: o espaço público como comunicação

Neste grupo reúnem-se as obras de dimensão identitária e as cenografias da sociabilização que normalmente associamos ao desenho de instalações temporárias, celebrativas de um determinado evento. Com uma forte representação visual, são obras de exceção na construção de um imaginário urbano, no sentido em que não respondem à necessidade de durabilidade do espaço público, à tradicional responsabilidade dos lugares públicos de oferecerem uma estrutura duradoura e significativa na cidade. Ainda assim, estes pavilhões, instalações e cenografias são de uma enorme generosidade e trazem possibilidades, ainda que pontuais, de redescobrir espaços com capacidade coletiva que anteriormente estavam ocultos ou sem uso.

Apenas três das obras que compõem este grupo não foram obras efémeras. Caracterizados pela integração de peças de mobiliário urbano – palas de sombreamento, bancos, iluminação –, os projetos da Cobertura da Praça da República, em Portimão, do Atelier Cais; Aurantes, em Abrantes, de Diogo Aguiar Studio; e *Landscape*, em São Miguel nos Açores, dos Mezzo Atelier, criaram uma nova condição para a utilização e permanência de um espaço público já existente. Tal como este último, *Two Manifolds*, em São Miguel nos Açores, e *Untitled*

(*The Unknown*), em Torre de Moncorvo, de Nuno Pimenta, são instalações de paisagem, mirantes e *landmarks*, que assinalam novos pontos de observação, paragem e, indissociavelmente, de relação com o espaço envolvente.

Associando um carácter lúdico e funcional, instalações como o pórtico *Glassberg*, na Figueira da Foz, dos FAHR 021.3; o *Mezzo Mercato* em Milão, dos Mezzo Atelier; Bombarda, no Porto, do estúdio STILL Urban Design; e Uma Praça no Verão no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, de José Neves, compõem-se por meio de repetições e associações de elementos, ou módulos, que imprimem um novo dinamismo ao contexto que, provisoriamente, habitam. Numa perspetiva oposta, a Instalação *Carnet C10*, no Mosteiro da Serra do Pilar em Vila Nova de Gaia, de Pedro Matos Gameiro, Marta Sequeira e Carlos Machado e Moura, desenhada especificamente para aquele local e para um determinado evento, permitiu a utilização coletiva de um espaço usualmente de acesso condicionado, conferindo-lhe, momentaneamente, as características de espaço público.

O Percurso no *Giardino delle Vergini* em Veneza, de Álvaro Siza; os pavilhões *Povera*, em Almada, e *Gallery*, em São Miguel, nos Açores, do Atelier JQTS; as instalações urbanas *Vira-Lata*, no Porto, do coletivo Moradavaga; e Ponte Luminosa – *Lisbon Falls*, na Fonte Luminosa em Lisboa, de Marcelo Dantas, tiram partido da sua condição híbrida, entre uma caracterização como proto-pavilhões – espaços delimitados que distinguem interior e exterior –, ou como percursos ou ligações – espaços que articulam e relacionam outros espaços –, mas sempre com uma enorme sensibilidade em relação ao lugar onde se inserem, dinamizando-o e criando, assim também, novas oportunidades de experiência e uso coletivo.

## Prática: o espaço público como desenho

A par das intervenções de reabilitação do espaço público dos centros históricos, as obras de desenho de arranjos exteriores que caracterizam a Prática têm sido, nos últimos anos, o palco por excelência do investimento público em intervenções no espaço coletivo. Têm, também, registado o maior número de encomendas através de concurso público, abrindo aos arquitetos novas oportunidades de pensar e desenhar a cidade a partir do “vazio”, do “negativo”, do “espaço entre” e, nesse sentido, alargando o espectro da sua prática profissional corrente.

São obras de inovação e experimentação formal enquanto instrumento de caracterização do lugar, exercícios de funcionalidade e espontaneidade na criação de novas topografias e cenografias ambientais. Aqui se inclui o desenho de parques urbanos e intervenções em locais de forte valor paisagístico, como o Parque Urbano de Touro, em Vila Nova de Paiva, de Carlos Almeida Marques; o *Al Shaheed Urban*

*Park*, no Kuwait, de Ricardo Camacho e Sara Machado; a Requalificação Paisagística da Pedreira do Campo, em Santa Maria nos Açores, dos M-Arquitectos; o Complexo Ambiental da Lagoa das Sete Cidades, em São Miguel nos Açores, de Eduardo Souto de Moura e Adriano Pimenta; e os Passadiços do Paiva, em Arouca, de Nuno Martins Melo. Sinal de um renovado interesse pelo acesso e usufruto do elemento água, surgem as requalificações de margens fluviais e marítimas do Domínio Público, como a Frente Ribeirinha de Alcácer do Sal dos Promontório; a Frente Ribeirinha de Lagos de António Leitão Barbosa; o Passeio Ribeirinho do Seixal do Atelier Risco; as Margens do Rio Avelames, em Vila Pouca de Aguiar, de Luís Rebelo de Andrade; e a Requalificação Urbanística da Baía de São Lourenço, em Santa Maria nos Açores, dos M-Arquitectos. Ainda neste contexto, integram este conjunto as novas áreas de apoio ribeirinhas que promovem uma aproximação e interação com o contexto natural, domesticando esse diálogo, como o Terminal Niang'Ou, no Tibete, dos Embaixada Arquitectura com ZAO/standardarchitecture; o Cais de Bagaúste, em Lamego, de António Belém Lima; e a Estação de Canoagem de Alvega, em Abrantes, do Ateliermob.

A categoria Prática abrange, também, intervenções de regeneração urbana e de desenho de espaços exteriores, de certo modo, mais “clássicas”, tais como a Requalificação do Largo de Santos e Av. 24 Julho, em Lisboa, de 92 Arquitectos com Victor Beiramar Diniz; a Requalificação da Alameda das Linhas de Torres, em Lisboa, dos BBarquitectos; a Envolvente do Mercado Municipal de Miranda do Corvo, do Atelier do Corvo; a Praça Fonte Nova, em Lisboa, de José Adrião; e *Gridgrounds*, em Amesterdão, dos Openfabric com Dmau. Obras que, simultaneamente, reclamam o uso do espaço público para o peão e para as novas formas de mobilidade leve, que propõem e desenham novas formas de estar e de atuar no exterior, e que trabalham o “verde” como matéria de projeto, manipulando-o e integrando-o na construção das novas paisagens urbanas.

São 60 obras de intervenção no espaço exterior que nos permitem argumentar que o desenho do coletivo ainda desempenha um papel fundamental no exercício da disciplina.

Uma leitura mais atenta desta seleção levanta outras considerações pertinentes. Por um lado, a predominância da encomenda pública neste tipo de intervenções (43 obras), sobretudo de promoção camarária, em particular no que respeita à requalificação urbana (Símbolo, 16) e à valorização paisagística e ambiental de áreas esquecidas ou degradadas (Prática, 17). A iniciativa privada também marca a sua presença (17 obras), em equipamentos e pequenas infraestruturas para uso comunitário, resultantes de processos participativos de autoconstrução (Recurso, 5), ou em instalações provisórias de ocupação do espaço público que potenciam a sua apropriação (Produto, 10), proporcionando a oportunidade

de trabalho e de experimentação às novas gerações de arquitetos. Assinala-se, por outro lado, a retoma crescente do concurso de arquitetura como mecanismo de seleção e de garantia de qualidade das propostas (18 em 60 obras), após um período de profunda crise económica e social em que nos questionámos se “Está a Arquitetura sob Resgate?” (14 em 79 obras). Modalidade na qual o investimento público tem maior expressão (16 obras), reflexo do impacto que os diferentes Programas Polis e as Capitais Europeias da Cultura, Porto 2001 e Guimarães 2012, tiveram, em geral, na qualificação do desenho da cidade e do território nas últimas duas décadas, em Portugal.

Enquanto decorria o prazo das candidaturas a “Habitar Portugal 12-17: Espaço Público” assistimos ao desenvolvimento da pandemia de Covid-19 que marcará para sempre os anos de 2020 e 2021. Não deixa de ser irónico celebrarmos o espaço público numa altura em que, por circunstâncias tão específicas, nos vimos privados de o utilizar e partilhar em pleno. Imagens de praças e ruas desertas mostraram que esta não é – e não será – a sua vocação ou o seu destino; tornaram visível e evidente que o espaço exterior público continua a ser o lugar fundamental de sociabilização, convívio, encontro, ação política, identidade coletiva e expressão individual. Um espaço “de todos” e “para todos”.

#### Referências Bibliográficas:

Eyck, A. van (1962). “The Otterlo Circles”. In Ligtelijn, V. and Strauben, F. (eds) (2008), *Aldo van Eyk, Collected Articles and Other Writings: 1947-1998* (pp. 467-469). Amsterdam: SUN Publishers.

Eyck, A. van (1965). “Tree and Leaf”. In Ligtelijn, V. and Strauben, F. (eds) (2008), *Aldo van Eyk, Collected Articles and Other Writings: 1947-1998* (p. 443). Amsterdam: SUN Publishers.

Koolhaas, R. (1995). “The Generic City”. In Koolhaas, R. & Mau, B., *S, M, L, XL* (pp. 1239-1264). Rotterdam: 010 Publishers.

Moneo, R. (2010). “Interview with Rafael Moneo”. In Angles, M., *In Favour of Public Space: Ten years of the European Prize for Urban Public Space* (pp. 33-39). Barcelona: CCCB - Actar Publishers.

Pimlott, M. (2016). *The Public Interior as Idea and Project*. Heijningen: Jap Sam Books.

Solà-Morales, M. (1992, 12 maio). “Espacios públicos y espacios colectivos”. *La vanguardia – Suplemento Cultura y Arte*, pp. 4-5.

Solà-Morales, M. (2010). “The impossible Project of Public Space”. In Angles, M., *In Favour of Public Space: Ten years of the European Prize for Urban Public Space* (pp. 24-31). Barcelona: CCCB – Actar Publishers.

